economia

Lula diz que setor financeiro não vai ensiná-lo a governar

Presidente defendeu pacote fiscal proposto pelo governo federal

/ PLANALTO

RICARDO STUCKERT/PR



Depoimento ocorreu durante live nas redes sociais com André Janones (d)

Em uma das primeiras transmissões ao vivo com o deputado federal André Janones (Rede-MG) após a reeleição, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu na manhã de sábado, o pacote fiscal proposto pelo governo federal neste mês. O plano tem recebido críticas do mercado, que vê um corte pequeno de gastos, e de parte do campo progressista, que fala em risco de queda de gastos sociais.

O petista afirmou que os empresários da Faria Lima estão preocupados "em ganhar mais dinheiro" e disse que o mercado financeiro precisa considerar as outras vezes em que ele presidiu o País. Lula também afirmou "estranhar" a reação de parte da esquerda, que tem criticado o projeto.

"O Brasil tem mais de R$ 600 bilhões de renúncias fiscais para empresas, o que representa uma captura do orçamento público", afirmou Lula, destacando que o plano não afeta pequenas empresas. "Estamos colocando (com as mudanças no pacote fiscal) uma cobrança que vai nos render R$ 15 bilhões. Por isso, os empresários são contra", continuou.

"Não é o sistema financeiro que vai me ensinar a dirigir o País. Não posso aceitar que a Faria Lima queira questionar toda a hora a seriedade do governo", disse. As incertezas do mercado têm causado flutuações, como a disparada da cotação do dólar, que passou de R$ 5,90 na sexta-feira, 20.

A expectativa do governo federal é de que o pacote leve a uma economia de cerca de R$ 50 bilhões para 2027. Na live, Janones ainda refutou que haja "estelionato eleitoral" com a execução desse corte de despesas.

Lula também apontou injustiça nas críticas de aliados ao plano de redução de gastos. "O que estranho é que meus companheiros de esquerda não valorizaram", afirmou ele, que também saiu em defesa de Bruno Moretti, ministro do Planejamento, autor do projeto de ajuste fiscal aprovado no Senado nesta semana. A proposta deve ser discutida pela Câmara na próxima semana.

Segundo o presidente, o plano do governo não vai tirar "nenhum centavo" da educação, da saúde e do salário mínimo. Ao ser questionado por uma internauta, Lula também negou que haverá mudança que aumente a idade mínima da aposentadoria - a última reforma foi em 2019, diante do aumento do déficit previdenciário.

Sob críticas de demora para definir a composição da Esplanada no próximo mandato, sobretudo a pasta da Fazenda, Lula criticou as especulações e disse que vai anunciar a todos quando tiver o ministério definido. "Quem monta o governo sou eu, mas todo dia tem 10 indicados."

Lula também aproveitou a live para defender o decreto que regulamenta o fim da escala 6x1. Promessa de campanha, o movimento foi considerado uma vitória do governo por conta da popularidade do tema. "Que as pessoas tenham o direito de ter o fim de semana tranquilo", disse Lula.

Presidente assina decreto que regulamenta o fim da escala 6x1

/ TRABALHO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou na quinta-feira o decreto do governo que regulamenta a transição e a implementação do fim da escala 6x1.

O conteúdo do documento ainda não foi divulgado no Diário Oficial, mas a previsão é de que traga uma hora extra de maior valor para o trabalhador e reforce a prevalência do acordo coletivo sobre a lei.

A decisão do governo deve privilegiar uma neutralidade do salário mensal. Ou seja, as empresas seguirão pagando o mesmo valor para seus funcionários, apesar da elevação do salário-hora. No entanto, o decreto aplicará uma regra mais vantajosa para o trabalhador no cálculo das horas extras.

A transição da emenda constitucional prevê que a primeira fase começa em 16 de dezembro, para que trabalhadores passem a ter direito a duas folgas semanais obrigatórias e jornada de até 42 horas por semana. A segunda data, quando a jornada cairá para 40 horas semanais, começa a valer na mesma data em 2027.

Como já afirmado pelo ministro do Trabalho, Luiz Marinho, o documento também vai incluir a possibilidade de o trabalhador ter apenas um descanso na semana em algum momento do mês, desde que, ao fim dos 30 dias, ele tenha somado oito folgas.

Também estiveram presentes o ministro Guilherme Boulos (PSOL), da secretaria-geral da Presidência, e o agora deputado federal eleito Rick Azevedo (PSOL), um dos precursores do movimento VAT (vida além do trabalho), que iniciou a discussão do fim da 6x1.

Na última terça-feira, Marinho afirmou que o presidente fez alterações no decreto, que pode vir acompanhado de uma ou mais portarias adicionais.

O ministro não respondeu se haverá alguma alteração no decreto na parte relativa à decisão da semana passada do ministro Flávio Dino, relator de ação sobre o fim da jornada 6x1 no Supremo Tribunal Federal (STF), que manteve o período de transição previsto na PEC aprovada pelo Congresso.

Em sua decisão, Dino defendeu a manutenção do período de transição para ser iniciada em 16 de dezembro. Também propôs outras mudanças, como a permissão de que trabalhadores cumpram horário de oito horas e 24 minutos na primeira fase da transição, que prevê jornada de 42 horas, sem que empregadores paguem hora extra. Assim, poderão cumprir os requisitos da emenda de ter dois dias de folga.

Os ministros Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes seguiram a decisão de Dino, mas o julgamento foi interrompido pelo ministro Luiz Fux, que pediu que o caso fosse julgado no plenário físico, ainda sem data marcada.

O fim da escala 6x1 foi uma das principais apostas na campanha de reeleição do presidente Lula. A redução da jornada semanal máxima de 44 horas para 40 horas foi aprovada na Câmara e no Senado por ampla maioria de votos, com apoio de governo, centrão e oposição.

Balança comercial do RS fecha com saldo positivo

/ COMÉRCIO EXTERIOR

O saldo da balança comercial do Rio Grande do Sul, resultado da diferença entre o valor das exportações e importações, fechou em US$ 11,3 bilhões no acumulado dos últimos 12 meses, entre novembro de 2025 e outubro deste ano. Esse é o melhor resultado desde fevereiro de 2026, mês em que o Boletim Econômico-Tributário do Comércio Exterior, publicado pela Secretaria da Fazenda (Sefaz) por meio da Receita Estadual, começou a divulgar o levantamento com base na movimentação registrada pelas Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e) e nos dados do governo federal. As informações são da Ascom Sefaz.

As vendas para o exterior somaram US$ 25 bilhões, aumento de 8,3% em relação ao mesmo período anterior. No sentido oposto, as compras de outros países caíram 3,5%, ficando em US$ 13,6 bilhões. A alta das exportações foi impulsionada pelas empresas do regime geral (negócios não vinculados ao Simples Nacional e Microempreendedores Individuais), que registraram aumento de 7%.

O segmento responde por 98% do valor total vendido ao exterior. A maior variação positiva, no entanto, ocorreu entre os produtores rurais, que registraram aumento de 68% no valor exportado nos últimos 12 meses. O boletim mostra um recuo das vendas destinadas aos Estados Unidos, que sinaliza um provável reflexo das sobretaxas impostas aos produtos brasileiros, que voltaram a ser cobradas em julho deste ano. A participação dos norte-americanos na fatia exportada caiu de 8,2% para 6,5%.

No caminho inverso, as comercializações com a União Europeia cresceram quase dois pontos percentuais, saltando de 36,4% para 38,2% de participação no bolo financeiro das vendas. O aumento do fluxo comercial para a Europa pode estar ligado ao início de vigência provisória do acordo entre União Europeia e Mercosul, em maio.

Marcopolo anuncia PDV e suspensão de contratos

/ GESTÃO

Roberto Hunoff, de Caxias do Sul
economia@jornaldocomercio.com.br

Por meio de comunicado ao mercado e aos acionistas, a Marcopolo anunciou acordo coletivo de trabalho que permite implementar, conforme necessidade operacional, um programa de desvinculação voluntária (PDV), bem como promover a suspensão temporária dos contratos de trabalho de colaboradores das plantas industriais localizadas em Caxias do Sul. A suspensão poderá ter duração de dois a cinco meses. O comunicado destaca que a medida integra o processo contínuo de otimização das operações industriais da companhia, visando ampliar a competitividade e eficiência operacional, preservando, ao mesmo tempo, a capacidade produtiva, em um contexto de adequação do nível de produção à demanda.

De acordo com dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus, até outubro, o setor acumulava produção de 22.486 unidades, incluindo os modelos Volare, queda de 3,5% em relação ao mesmo período do ano passado.